



Jair Bolsonaro: uma versão pós-moderna do integralismo brasileiro

Maxmiliano Martins Pinheiro¹

Resumo: O presente artigo visa compreender alguns fatores que propiciaram a vitória do presidente Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018, tendo em vista o ingresso do conservadorismo no cenário político brasileiro. Para alcançar tal objetivo, será primeiramente abordado o processo de saturação da democracia brasileira, considerando a ingerência neoliberal nas políticas governamentais e, principalmente, a negligência dos governos em efetuar uma reforma política, em meio ao contexto da pós-modernidade. Posteriormente, será analisado cada aspecto dos valores do integralismo no discurso de Bolsonaro, constatando as confluências e ressignificações que foram atribuídas a essa vertente de pensamento político na conjuntura contemporânea sem esgotar os acontecimentos abordados.

Palavras-Chave: Bolsonaro. Política. Pós-modernidade. Integralismo. Crise democrática.

Jair Bolsonaro: a postmodern version of Brazilian integralism

Abstract: The current article aims to understand some factors that propitiate Jair Messias Bolsonaro's victory in the 2018 elections, bearing in mind the entrance of conservatism in Brazilian political scenario. To achieve such goal, it will be addressed first the saturation process of Brazilian democracy, considering the neoliberal interference on government policies and, mainly, the neglect of governments in effecting a political reform amid the context of postmodernity. Then it will be analyzed each aspect from integralism in Bolsonaro's speech, observing the confluences and reframing which were assigned to this side of political thought in the contemporary conjuncture without exhausting the events covered.

Keywords: Bolsonaro. Politics. Postmodernity. Integralism. Democratic crisis.

¹ Mestre em Literaturas de Língua Inglesa pela UERJ, Especialista em Sociologia, Política e Cultura pela PUC-Rio e mestre em Sociologia Política pelo IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, RJ, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1708-6114>, e-mail: martinsmaxmiliano783@gmail.com



1. Introdução

Cumpro logo deixar bem claro, para amenizar a ansiedade do leitor, que essa análise não tem como objetivo elaborar nenhuma visão categórica da figura do presidente Jair Messias Bolsonaro como pode sugerir o título. Isso pode ser elucidado por duas razões: primeiramente, não ocorreu no Brasil, pelo menos na última década, nenhum grande esforço de resgate da memória do integralismo, com exceção de alguns grupos isolados; em segundo lugar, as concepções do pós-modernismo (desconstrução, fragmentação, alteridade, entre outras) nunca fizeram parte da trajetória política de Bolsonaro, marcada por um forte autoritarismo e aversão por qualquer forma de diversidade no mundo contemporâneo. Todavia, foram verificados determinados valores do nosso coletivo conservador que nortearam a campanha do atual presidente em 2018, e que, embora sua candidatura estivesse revestida de tais axiomas, foi observada uma grande lacuna entre aquilo que era proferido na ordem do discurso e a sua trajetória política. Desse modo, o objetivo central desse trabalho é o de analisar como os valores integralistas, representados por “Deus, Pátria e Família”, adentraram indiretamente na estética discursiva da campanha de Bolsonaro, uma vez que ele não recebera nenhuma formação intelectual desse movimento. Para isso atingir essa tarefa, dois tópicos serão necessários para a delimitação dessa análise: 1- um breve esboço do processo de exaustão da democracia brasileira na pós-modernidade; 2- o papel messiânico de Bolsonaro como representante legítimo dos valores de “Deus, Pátria e Família” cuja retórica atraiu parte do eleitorado.

Com relação à base teórico-metodológica, primeiramente serão inseridas algumas asserções sobre a pós-modernidade a fim de que possa ser assimilada a condição política e econômica da sociedade contemporânea, assim como seus impactos na trajetória política dos governos brasileiros, considerando os efeitos deletérios do neoliberalismo e a crise política no período de redemocratização do país. Em seguida, serão analisados os principais alicerces do integralismo, consubstanciados nas ideias de Deus, Pátria e Família, mediante uma análise da gênese ideológica desse movimento na política brasileira dos anos 30, e como esses valores são ressignificados na retórica política de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

A pós-modernidade, ou modernidade líquida, configura a condição histórica da sociedade contemporânea marcada pelo pós-industrialismo que estabeleceu mudanças não só na divisão social de trabalho, mas na própria concepção de mundo. Diante da polissemia do termo, cumpre colocar algumas conotações. Para Zygmunt Bauman (2014), a pós-modernidade, ou “modernidade fluída”, consiste em uma profunda mudança efetuada na condição humana. Sendo assim, os velhos conceitos (de sociedade, de indivíduo, de tempo, de espaço) que costumavam cercear as narrativas das sociedades contemporâneas foram contestados, influenciando na vida sociopolítica (BAUMAN,



2014). Autores como Boaventura de Sousa Santos (2013) consideram que a pós-modernidade é uma simples conceituação para designar uma situação de crise transitória em que a modernidade se mostra incapacitada para responder dilemas deixados pelo modo capitalista de produção. O termo significa também uma mudança na produção capitalista através da transição do fordismo à acumulação flexível e a emergência da sociedade de consumo e de informação. Luiz Carlos de Freitas (2005) assinala que a pós-modernidade representa a fase do capitalismo em que as nações se encontram fragilizadas ante o poderio das transnacionais e das grandes financeiras que privilegiam a forma monetária, propiciando a movimentação de massas enormes de capital por meio de agências de risco que classificam os países.

Essas metamorfoses sociais produziram uma intensa fragmentação nas sociedades mudando não apenas os hábitos e costumes, mas o próprio olhar dos indivíduos diante dos conceitos de *macro*. É nesse contexto histórico que surge a mentalidade pós-moderna que não chega a constituir uma escola de pensamento propriamente dito. David Harvey (2009) assinala que o pós-modernismo aposta na aceitação do efêmero, fragmentário, caótico, descontínuo como se fossem os únicos elementos da realidade, evitando qualquer tipo de transcendência. Tal insistência com a fragmentação rejeita qualquer descrição unificada, coesa e contínua do mundo (que é rotulada como *metanarrativa*), o que interfere diretamente nas ações éticas e políticas dos seres humanos. Segundo Harvey (2009, p. 55-56):

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente no mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo se torna então a única filosofia de ação possível (...). A ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, e os seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles.

Desse modo, a ênfase na fragmentação e na contingência, além de reprimir qualquer constatação conjunta e consensual do social, rejeita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global. Isso explica o motivo da atual descrença em qualquer modelo alternativo ao capitalismo neoliberal². A única saída que resta ao sujeito

² O próprio David Harvey (2012), em uma obra posterior, *Neoliberalismo: história e implicações*, define o neoliberalismo como uma prática político-econômica que considera o bem-estar humano como o resultado da liberação das capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional para a aquisição de direitos voltados estritamente à propriedade privada, aos livres mercados e ao livre comércio. Trata-se de uma visão parecida com a de Luiz Carlos de Freitas (2005)



político é o pragmatismo assentado na tentativa de amenizar os efeitos brutais do neoliberalismo.

No Brasil, o período de redemocratização das instituições políticas, após um longo regime ditatorial, ocorreu na pós-modernidade. Com efeito, os anos oitenta, por meio da campanha das *Diretas já* (1985) e da Constituição de 1988, que garantiu a universalidade de muitos direitos sociais, representaram um renascimento da democracia brasileira. Tal entusiasmo diante de uma possível reforma política e social é testado pelas perdas e ganhos decorrentes dos desdobramentos dos governos posteriores. Não se deve negligenciar o fato de que embora o Brasil tivesse entrado na década de 1990 sob o signo de transformações democráticas no aparelho do Estado, as elites sempre detiveram o poder político por meio de estratégias ao longo de toda história do país. Marcel Bursztyn (1990) salienta o poder das elites brasileiras em tornar legendas partidárias em associações contingenciais, capturando suas estruturas e anulando o caráter ideológico. O autor também ressalta que, embora nessa época os velhos feudos da penetração oligárquica do Estado fossem atacados, a desestatização e a privatização tornaram-se soluções para todos os males, propiciando um redesenho no organograma dos setores públicos, mas não sacrificando alguns segmentos das elites brasileiras cuja capacidade de sobrevivência e regeneração tem sido evidente (BURSZTYN, 1990).

Vitorioso na eleição de 1989, o governo de Fernando Collor de Melo foi, segundo Angela de Castro Gomes, efetuado sob um plano de metas mal especificado e pessimamente executado, já que seu golpe inicial contra a população foi sequestrar a poupança de todos os cidadãos. Essa medida drástica levou muitas pessoas ao suicídio e ao infarto. Houve até manifestação de mulheres grávidas no saguão do Banco Central exigindo liberação do dinheiro guardado para a realização dos seus partos (GOMES, 2019). Com efeito, o governo Collor aciona a entrada do neoliberalismo no Brasil através da extinção de estatais como a Interbrás e a Nucleobrás, mas não consegue se consolidar devido aos escândalos de corrupção que ocasionaram o seu impeachment em 1992. Deve-se acrescentar que, esse governo uma vez efetivando o modelo neoliberal na economia brasileira, solapou as políticas sociais baseadas na universalização de benefícios sociais, na ampliação da cidadania e no papel do Estado como agente responsável pelo efetivo usufruto dos direitos à cidadania que foram conquistados nas lutas sociais durante a transição democrática (GERSHMAN, 1997).

O período dos sucessivos governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, teve início após a vitória das eleições de 1994. Foi nessa fase que o neoliberalismo se enrijece na nossa economia. A prova disso foi a privatização ocorrida em empresas como a Light e no setor de telecomunicações. Foi notória a ingerência de Jair Bolsonaro (deputado federal na época) ao declarar que

a despeito da transição capitalista na pós-modernidade.



“fuzilaria o presidente” tendo em vista a ameaça de reduzir os privilégios dos militares e avançar com as privatizações. Contudo, o fato desse presidente ter consolidado o Plano Real, que fora bem-sucedido já que logrou em controlar a inflação que figurava o principal problema econômico, social e político da época, propiciou a aprovação e a vitória de Fernando Henrique em 1998, garantindo assim o segundo mandato (MELO, 2019). O segundo mandato tucano foi conquistado nas urnas devido ao sucesso da estabilização do real apesar das denúncias atribuídas à base governista do PSDB sobre a compra dos votos de parlamentares que permitiu a aprovação da emenda constitucional da reeleição.

O contínuo crescimento do desemprego e a possível privatização de estatais importantes como a Petrobrás, Caixa Econômica, Banco do Brasil, entre outras, frustraram os planos do PSDB de emplacar o candidato José Serra (ex-ministro da saúde) na sucessão presidencial. Foi assim que Luiz Inácio Lula da Silva, após sucessivas tentativas, venceu as eleições de 2002. Bolsonaro inclusive declara seu voto ao presidenciável petista no segundo turno. Para Carlos Melo (2019), o governo Lula prosseguiu com a estabilidade do Plano Real, ampliando as possibilidades na área social. Por conseguinte, políticas públicas foram elaboradas para melhorar a vida de milhares de pessoas, o que garantiu o sucesso do seu governo. Basta lembrarmos o grande êxito dos programas sociais *Bolsa Família*, *Minha casa minha vida*, entre outros. Deve ser acrescentado que, a partir de 2003, o governo petista montou uma política externa para encarar os problemas do projeto político da globalização, evidentes com as disputas entre os EUA e o Iraque. Além disso, o PT diversifica seu ativismo internacional negociando com países (Cuba, Irã, Líbia e Síria) que ainda não estavam incluídos na política externa brasileira (SPEKTOR, 2019).

Entretanto, cumpre salientar que o governo Lula não representou um hiato após os dois governos de FHC no que tange à política neoliberal. André Singer (2012) ressalta que a primeira fase dos governos petistas (2003-2005) descortinou práticas neoliberais como a contenção da despesa pública, a elevação de juros, a manutenção do câmbio flutuante, a reforma previdenciária e o congelamento, como meios de estabilização econômica e de compromisso de campanha com o capital. Quanto ao aumento de transferências de renda, através dos programas sociais mencionados anteriormente, o governo Lula conseguiu produzir um alívio na situação dos estratos mais pobres, ativando o mercado interno de massa através do consumo, erradicando a miséria do subproletariado, mas não eliminando a desigualdade (SINGER, 2012).

O governo Lula foi marcado por escândalos como o do envolvimento de Waldomiro Diniz, um dos principais assessores da Casa Civil, em negociação de propina com empresário do ramo dos jogos, em 2004, e principalmente, o do “Mensalão”, em 2005, por meio de uma denúncia do deputado Roberto Jefferson, em que deputados da base aliada recebiam dinheiro do tesoureiro do



PT, Delúbio Soares, em troca de votos (SECCO, 2012). Destarte, são instaladas a CPI dos Correios e a dos Bingos. Apesar dos fortes ataques da mídia e da imprensa, assim como do PSDB, que foi a principal oposição dos governos petistas, Lula conseguiu resgatar a sua aprovação e popularidade graças aos bons resultados dos programas sociais e ao crescimento econômico que gerou muitos empregos. Assim como os governos tucanos, os petistas se valeram do pragmatismo como barganha para ofuscar os escândalos de corrupção, no lugar de estabelecer uma reforma política.

Todo esse êxito dos governos consecutivos de Lula permitiu que o PT elegeisse, em 2010, Dilma Rousseff, que foi ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil, como a primeira mulher presidente de nossa história. Foi notório, durante a primeira eleição, o ataque do candidato José Serra a Dilma Rousseff como defensora do aborto (MENDES, 2019), o que estimulou a ascensão de grupos religiosos conservadores que quase transformaram a eleição num plebiscito. Foi assim que esses segmentos foram erigindo sua presença nas redes sociais e na própria mídia. Não podemos nos esquecer que Dilma, como mulher divorciada e ex-guerrilheira, rompia muito com o perfil conservador de Lula como cidadão comum. O governo Dilma se notabilizou em dar continuidade aos programas sociais petistas conquistando a reeleição em 2014.

Entretanto, foi evidente, no segundo governo Dilma, o fracasso dessa gestão em superar os sérios problemas com os gastos públicos e com os impasses na produtividade através da Nova Matriz Econômica (BARROS, 2019). As acusações de improbidade administrativa, orquestrada por deputados direitistas que se aproveitaram da fragilidade do PT devido à corrupção do partido, levaram ao *impeachment* de Dilma em 2016. Nesse episódio, Jair Bolsonaro declarou seu elogio ao torturador Brilhante Ustra em seu voto pela deposição da presidente (GOMES, 2019). A hegemonia política petista alicerçada por meio de uma ampla aliança com partidos de diferentes (e até mesmo divergentes) matrizes ideológicas se esgota nesse cenário.

O vice Michel Temer, do PMDB, assume a presidência sob processos e acusações de corrupção executando um governo com baixa popularidade. De qualquer modo, Temer logrou em efetuar medidas neoliberais como uma reforma trabalhista que potencializou a terceirização e a redução do teto de gastos que afetou diretamente a vida dos funcionários e servidores públicos. É propício asseverar que o PSDB, o DEM e boa parte do PMDB foram os partidos que mais empreenderam o processo de *impeachment* de Dilma e a ascensão de Temer na sucessão presidencial, sobretudo os dois primeiros que se encontravam afastados da presidência desde 2002 com as sucessivas vitórias do PT. Porém, o PSDB aos poucos se revela como um partido desgastado por escândalos de corrupção (que envolviam principalmente o candidato derrotado Aécio Neves), não conseguindo se consolidar como oposição e perdendo o carisma em amplos setores da classe média (FAUSTO, 2019). Tudo isso compromete a possibilidade do PSDB (assim como do DEM e do PMDB)



em levantar voos para reconquistar o almejado protagonismo que antes desfrutou.

Considerando essa abordagem histórica, os governos tucanos e petistas, inseridos em um contexto histórico e político pós-moderno, apesar de proporcionarem um equilíbrio econômico durante um longo tempo e de propiciarem melhorias nas políticas sociais, não lograram em consolidar uma forma consistente de enfrentamento ao capitalismo global, nem procuraram executar com afinco a reforma política prometida desde a década de oitenta. Em contrapartida, ambos se valeram de um diminuto pragmatismo como moeda de troca para justificarem suas mazelas políticas e partidárias ao invés de encará-las de forma mais prudente. Tudo isso acarretou no desencantamento do eleitorado brasileiro diante das possibilidades da democracia em renovar as instituições brasileiras. É nesse cenário de ceticismo, relativismo e impotência que entra em cena Jair Bolsonaro cujo messianismo político irá atrair os estratos mais conservadores da nossa sociedade.

Deve-se, antes de tudo, reiterar a asserção feita na apresentação dos objetivos desse trabalho, que as ideias integralistas ilustradas na retórica de Bolsonaro refletem os anseios de apenas *uma parcela* do eleitorado bolsonarista, considerando que não foi feita nenhuma pesquisa quantitativa para mensurar, nem mesmo em determinado grupo, um número simulado de eleitores cujas intenções de voto refletiriam esses anseios. Além disso, devemos ter em mente que um considerável estrato desse eleitorado conferiu seu voto por razões claramente pragmáticas e imediatistas, visto que problemas como crise econômica e aumento da violência afligiram sensivelmente a população. É com base nos recursos de imagem e propaganda, como atesta o *outdoor* abaixo, que podemos inferir que os valores integralistas explicitados pelos termos “Deus, Pátria e Família” estiveram de fato presentes na estética discursiva de Jair Bolsonaro.

Figura 1 – Outdoor com imagem de Jair Bolsonaro.



Fonte: ROCHA (2018)



Por isso, torna-se capital elucidar o que significam esses termos de acordo com a ideologia integralista. Segundo Héglio Trindade, autor da obra *Integralismo: o fascismo brasileiro* da década de 30, o pensamento integralista que institui uma concepção do homem e da sociedade figurada no Manifesto de Outubro de 1932, repousa em dois postulados doutrinários: o humanismo espiritualista e a harmonia da vida em sociedade. Para Trindade (1979, p. 200):

A primeira frase do Manifesto proclama que “Deus dirige os destinos dos povos”. Essa concepção providencial da história relaciona-se com a crença no progresso oral do ser humano “o homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam”. Por conseguinte, dentro da ética integralista de concepção cristã, o valor do homem deve ser avaliado “por seu trabalho e seu sacrifício em favor da Família da Pátria e da Sociedade”.

A partir desse humanismo espiritualista se elabora a concepção da vida social que aspira a um retorno do ideal medieval de uma sociedade harmoniosa: “Os homens e as classes podem viver em harmonia. Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e a superioridade que existe acima dos homens é a sua comum e suprema finalidade”

Desse modo, conforme a ideologia integralista, as noções de Deus, Pátria e Família são instrumentos fundamentais para harmonizar e realizar a vida humana tanto pessoalmente como socialmente. São elas que sintetizam a lógica necessária para alicerçar o progresso das sociedades, visto que o aperfeiçoamento progressivo do gênero humano depende de uma harmonização que compatibilize a organização hierárquica da sociedade com a própria integração entre as diferentes classes sociais. A ideia de Deus assume o principal relevo, pois reforça a crença de que a moralidade humana e o destino das pátrias são guiados por esse ser supremo. No entanto, o integralismo considera que o ideal de harmonia humana não é um fato consumado da história da civilização. Sendo assim, para Trindade (1979), a filosofia da história integralista sustenta uma interpretação maniqueísta da evolução da humanidade onde as ideias do bem contra o mal, do homem contra o homem, o materialismo contra o espiritualismo, estão em constante disputa. Pode-se inferir então que essa ideologia corrobora perfeitamente com uma visão dualista do homem e do mundo. Como isso se reporta a Bolsonaro?

Em relação a esse político, ocorreu uma espécie de *ressignificação* desse pensamento como um dos alicerces da sua campanha em 2018. Historiadores como Angela de Castro Gomes (2019) reiteram o argumento que Bolsonaro integra uma linhagem personalista de direita de longa data no Brasil, sendo um desses líderes o próprio Plínio Salgado que, na década de 30, organizou seu movimento de forma rigidamente hierárquica e paramilitar, mobilizando militantes e conquistando forte massificação. A ideia de Deus e da Pátria foram devidamente enfatizadas no próprio slogan da sua campanha “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Sublinhando o aspecto religioso, Ronaldo



de Almeida (2019) assinala que, durante a campanha, Bolsonaro procurou sublimar o cristianismo em contraposição a outros credos, já que enfatizou que o Brasil é um país majoritariamente cristão, não fazendo referência às religiões afro-brasileiras, mas incorporando o judaísmo esboçado pelo evangelismo norte-americano. Apresentou-se como cristão sinalizando sempre para o setor evangélico, ofuscando sua formação católica. Contudo, deve-se acrescentar que, segundo José Arthur Giannotti (2019), o Deus que repercutiu na campanha bolsonarista transforma as representações voltadas para o reconhecimento da religiosidade particular numa representação que pode ser igualmente válida para todos os credos. Com isso, Bolsonaro também consegue arregimentar uma grande simpatia de setores católicos que foi confirmada nos votos.

O influxo do neopentecostalismo na campanha de Bolsonaro configurou uma simetria com o neoliberalismo cada vez mais crescente na economia latina. Com efeito, a teologia da prosperidade dos neopentecostais prega uma ética econômica voltada para o mundo em que a ascensão social se ancora em uma disposição empreendedora de quem procura se tornar o próprio chefe nas relações de trabalho (GIANNOTTI, 2019). A prevalência do elemento cristão é o que há de mais de comum entre o bolsonarismo e o integralismo. Apesar de o elemento religioso ter sido central na campanha de Bolsonaro, ele se diferenciou do integralismo em dois aspectos: o neopentecostalismo protestante que foi colocado em primeiro plano, uma vez que no integralismo é o catolicismo que merece esse destaque já que Plínio Salgado se inspirou ideologicamente na concepção tradicional da doutrina social católica (TRINDADE, 1979); e o fermento neoliberal, pois o integralismo, na sua concepção de Estado, condena o liberalismo econômico porque promete a liberdade e só a garante aos mais fortes (TRINDADE, 1979). Com efeito, a defesa integralista do Estado como força que assegura os direitos do homem e da família é um dos pontos que mais distanciam o integralismo do bolsonarismo. A visão estatal de Plínio Salgado desvela uma configuração nacionalista que insere as necessidades primordiais dos brasileiros que compreendem tanto o direito jurídico como a política econômica. Conforme ainda aponta Trindade (1979, p. 219):

A concepção estatal de Salgado busca suas raízes na realidade nacional adaptada, em sua opinião, às realidades do homem brasileiro. Ele procura compatibilizar seu modelo familiar-corporativo com o nacionalismo: "Pretendemos tomar como base o homem da nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica e econômica". A partir desse dado de base, ele infere seu sonho nacionalista: "Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos" (...)

Tal concepção de Estado robustece a necessidade de os indivíduos serem contemplados por uma proteção social, posto que a vocação



nacionalista dos mecanismos estatais se empenha em gerir “normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica e de fundamentos jurídicos”. Por conseguinte, os brasileiros usufruem uma ampla gama de amparo estatal. Ora, durante a sua campanha, Bolsonaro não apenas renunciou a possibilidade de empresas estatais serem privatizadas, como proferiu em um dos seus discursos, aquele em que ele almeja uma parceria com o presidente Donald Trump, que os trabalhadores brasileiros perderiam direitos a fim de manter os seus empregos. Essa discrepância ideológica entre Bolsonaro com o nacionalismo integralista patenteia a adaptação do discurso bolsonariano com a primazia do modelo socioeconômico neoliberal que foi sedimentado na pós-modernidade.

A questão da “Pátria”, entendida como nacionalismo, esteve simbolicamente muito forte na campanha de Bolsonaro. Para Angela Alonso (2019), a ideia de pátria serviu para articular diversos binarismos. O primeiro deles assevera a oposição entre nacionalistas e globalistas, uma vez que os bolsonaristas temem a ameaça comunista da Guerra Fria, “reassumida” em Cuba, Venezuela, no Fórum Social Mundial e no Foro de São Paulo. O segundo corrobora com a ideia integralista de pátria como negação de classe. No lugar da estratificação, homogeneidade e harmonia. Logo, não há separação entre ricos e pobres, brancos e negros, mulheres e homens. Assim como o integralismo, o bolsonarismo sustenta uma única hierarquia que iguala a todos na subordinação diante de Deus e da Nação. Por fim, o terceiro binarismo estabelece a oposição entre pátria e o partido. Deve-se deixar de lado a divergência entre os partidos e ouvir a nação já que esta tem a voz da verdade. O protagonismo político cabe aos especialistas imbuídos de espírito patriótico e não aos políticos cuja organização partidária é corrupta e inútil (ALONSO, 2019).

A “Família”, por sua vez, repousa num cerne patriarcal cuja base é a hierarquia de gênero. Com isso, a masculinidade surge como uma potência superior que capacita o mando. São também exaltados elementos como a saúde do corpo, a heterossexualidade e a subordinação feminina (ALONSO, 2019). Os conservadores bolsonaristas repudiaram, rotulando como esquerdistas, as políticas públicas de identidades e o reconhecimento de direitos vinculados com os novos papéis de gênero e padrões de família (ALONSO, 2019). Tais políticas de identidades refletem o tardio impacto pós-moderno decorrente das manifestações dos movimentos contraculturais da década de 60 que exigiam visibilidade (HARVEY, 2009). Com efeito, os governos brasileiros anteriores, passando por FHC, Lula e Dilma, tendo em vista as dificuldades da democracia ocidental em enfrentar o neoliberalismo na conjuntura econômica, investiram muito nas pautas identitárias, propiciando a visibilidade de atores sociais que antes estavam negligenciados (negros, indígenas, mulheres e grupos LGBT). Entretanto, a inclusão desses segmentos levantou questões como o direito da mulher ao aborto e o de adoção pelas famílias homoafetivas, gerando grande



revolta entre os grupos mais conservadores. O integralismo estando ancorado no mundo moderno não testemunhou essas transformações.

É importante destacar um paralelo entre a ascensão da Ação Integralista Brasileira (AIB) e a do bolsonarismo como militâncias políticas, ainda que tenham emergido em conjunturas diferentes. De acordo com Jefferson Rodrigues Barbosa (2006), as origens da AIB, em 1932, remontam ao jornal “A Razão” e à Associação de Estudos Políticos, ambos ministrados por Plínio Salgado, que visava persuadir intelectuais e atores políticos contrários ao ingresso dos movimentos socialistas no Brasil e à política liberal. Após três meses de militância e criações de comissões técnicas, a doutrina integralista vai conquistando aprovação e adentrando em diversos estados do país, começando por São Paulo, que foi o núcleo, passando por Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco. Desfiles com bandeiras e uniformes, congressos, discursos em lugares públicos faziam parte da rotina propagandista do integralismo (BARBOSA, 2006). O integralismo também demandava do militante um modo muito próprio de ser integralista através de um conjunto de hábitos cotidianos, isto é, modos de comportamento como o falar, o vestir, o andar, entre outros, que o distinguia das demais pessoas (GONÇALVES & NETO, 2020). O que marcou muito a organização doutrinária do movimento, principalmente após da criação do Partido Integralista, em 1935, deveu-se às formulações doutrinárias salientadas pelos organizadores do movimento que preconizavam que o integralismo tinha um partido político que apregoava um projeto político legitimado por uma ideologia singular e independente, distinta dos modelos liberais até então existentes no Brasil (BARBOSA, 2006). Com base nessas informações podemos constatar que os integralistas com seus valores morais, cívicos e religiosos procuravam se destacar politicamente como um movimento “diferente de tudo o que está aí na política brasileira”.

Reportando à campanha de Bolsonaro, foi notório seu empenho em se apresentar como um candidato independente, recluso, radicalmente oposto às alianças partidárias orquestradas pela esquerda e pelos partidos do Centrão, asseverando assim sua figura de político confiável, singular, dissociado dos esquemas de corrupção e, por essas razões, “diferente de tudo o que está aí na política brasileira”. Também durante a campanha bolsonarista, além de *slogans* com as máximas integralistas, foi engendrada uma considerável psicologia das massas por intermédio de suportes discursivos digitais que redefiniram a gramática das relações sociais no âmbito político. Christian Ingo Lenz Dunker (2019) salienta que o uso de redes sociais como o Facebook e o WhatsApp propiciaram o sucesso da vitória de Jair Bolsonaro, uma vez que a proliferação de mensagens anônimas e compradas por grupos privados cerceou essas redes. Junto a isso, coletivos agrupados em torno de teorias da conspiração e segmentos unidos contra um inimigo comum se tornaram muito frequentes na sociedade contemporânea, pois essas massas digitais prescindem de ideais determinados. Conseqüentemente isso também envolve o emprego



das *fake news* cujo resultado é a irrelevância das fontes apresentados e o uso da informação para reiterar certezas dogmáticas. Enquanto o integralismo valeu-se de simbologias e plenárias públicas para enrijecer sua influência, o bolsonarismo usufruiu das modernas tecnologias e mídias digitais para substituir os instrumentos políticos tradicionais de campanha. É claro que em ambos os casos houve um aparato intelectual de simpatizantes que apostavam numa outra condução conservadora para o país.

Deve-se salvaguardar que, embora os axiomas integralistas de Deus, Pátria e Família tenham proporcionado uma visão autoritária dos problemas sócio-políticos existentes no Brasil durante a campanha de Bolsonaro, não pretendemos de forma alguma associar todos os estratos eleitorais bolsonaristas com grupos de extrema-direita, muito menos com práticas paramilitares. O estudo recente de Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020) relata a participação de alguns grupos integralistas, durante o segundo turno das eleições de 2018, em marchas realizadas na cidade de São Paulo, reforçando apoio a Jair Bolsonaro, já que o clima de radicalização das direitas tornou-se maior. Mas, como foi alertado, não foi feita nenhuma pesquisa quantitativa para mensurar a participação de grupos extremistas na campanha bolsonarista. Além disso, sendo o que realmente parece mais válido, mesmo que sejam utilizados métodos quantitativos, toda tentativa de rotular ou associar eleitores com algum movimento político empobrece as análises sociológicas que procuram abordar o processo da perda de reconhecimento da sociedade brasileira com o próprio sistema representativo.

Para finalizar esse artigo, resta analisar o fato de que Bolsonaro, apesar de ter arregimentado com êxito os princípios de Deus, Pátria e Família na sua campanha conquistando assim a presidência, ele transparece as contradições da pós-modernidade conforme a sua própria trajetória. Uma das características da cultura pós-moderna, de acordo com Linda Hutcheon (2007), é a paródia que consiste em uma representação irônica codificada em uma duplicidade que, ao mesmo tempo, legitima e subverte aquilo que se pretende representar. No caso de Bolsonaro, embora um estrato de seu eleitorado tenha candidamente encarado a ressignificação dos valores integralistas como uma luz no fim do túnel diante da incredulidade política, pode-se afirmar que ele é uma paródia desses mesmos valores, ou melhor, uma versão pós-moderna. Não se pretende aqui estabelecer um julgamento moral de Bolsonaro, apenas constatar as incoerências.

Desse modo, foi visto que mesmo a ideia de “Deus” tendo sido um elemento-chave que serviu até para o *slogan* de sua campanha, sua religiosidade não é coerentemente delineada, uma vez que transita entre o pentecostalismo e o catolicismo de sua formação. Embora tenha afirmado sua confissão evangélica, Bolsonaro conquistou apoio tanto dos setores pentecostais como dos católicos, devido ao acentuado perfil conservador que esses segmentos religiosos têm assumido e que o presidente, em sua



candidatura, logrou em capitalizar. A “Pátria” foi engenhosamente utilizada para suprimir todos os conflitos sociais primando pela uniformidade, mas Bolsonaro foi expulso do Exército por incitar uma rebelião e prestou continência à bandeira estadunidense durante a própria campanha, o que fragiliza seu perfil de patriota. É pertinente inserir que, mesmo nesse caso, ele soube matreiramente valer-se da ambiguidade para angariar apoio. Como foi colocado, Bolsonaro sinalizou em sua campanha que os trabalhadores perderiam parte de seus direitos mantidos pela CLT e a possível privatização de algumas estatais. Todavia, o seu passado histórico de “político nacionalista” que se opôs às privatizações dos governos de FHC, colocou em dúvida seu intuito neoliberal. O resultado dessa ambivalência foi ter conquistado votos tanto de eleitores que defendiam um modelo privatista como de outros que apostavam na volta da política nacional-desenvolvimentista efetuada pela ditadura. No campo familiar, as contradições não ficam para trás. Seus três divórcios e uma acusação de agressão física registrada por uma de suas ex-esposas contrariam suas defesas religiosas perante a união da família, e desautorizam-no a condenar qualquer arranjo familiar.

Em síntese, sem esgotar a temática da ascensão do conservadorismo na política brasileira, pode-se inferir que a flagrante lacuna entre aquilo que Bolsonaro profere e o que ele realmente representa não teve repercussão na avaliação de boa parte de seu eleitorado conservador, uma vez que estava descrente da democracia brasileira e ávido para eleger uma figura centralizadora e autoritária face ao contexto histórico do país. De fato, ainda é muito cedo para afirmar se Bolsonaro, no cenário eleitoral de 2018, configurou um meio ou um fim para efetuar os ensejos de segmentos que primam pela consolidação de valores ultraconservadores no meio social. No entanto, com base nas informações inseridas nesse artigo, podemos deixar as seguintes observações: a frustração da sociedade brasileira nesse período de redemocratização vem de longa data considerando a relutância dos governos anteriores, que foram eleitos democraticamente, em estabelecer a reforma política; o fato de que, em meio à descrença e à carência de uma instrução política, boa parte da população assimilou Bolsonaro como um candidato personalista que articulava axiomas sociais em contraposição à fragmentação e ao ceticismo da pós-modernidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. “Deus acima de todos”. In: **Democracia em risco?:22** ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35-51

ALONSO, Angela. “A comunidade moral bolsonarista”. In: **Democracia em risco?:22** ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019,



p. 52-70

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. “A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)”. In: **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 6, n. 1/2/3, p. 67-81, 2006

BARROS, Celso Rocha de. “Uma história de dois azares e um impeachment”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 71-82

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BURSZTYN, Marcel. **O País das Alianças – Elites e Continuismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-135

FAUSTO, Ruy. “A queda do foguete”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 147-163

FREITAS, Luiz Carlos de. **Uma Pós-Modernidade de Libertação: Reconstruindo as Esperanças**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GERSHMAN, Silvia. “Democracia, políticas sociais e globalização: relações em revisão”. In: GERSHMAN, Silvia & VIANNA, Maria Lucia Werneck (org.). **A Miragem da Pós-Modernidade: Democracia e políticas sociais no contexto da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997, p. 53-64

GIANNOTTI, José Arthur. “Savaranolas oficiais”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 164-174

GOMES, Angela de Castro. “A política brasileira em tempos de cólera”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 175-194

GONÇALVES, Leandro Pereira & NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.



HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2012.

HUNTCHEON, Linda. **The Politics of Postmodernism**. London: Routledge, 2007.

MELO, Carlos. “A marcha brasileira para a insensatez”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019, p. 211-229

MENDES, Conrado Hübner. “A política do pânico e circo”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 230-246

ROCHA, Marcelo. *Época*, Rio de Janeiro, ano 20, 18 jan 2018. Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/expresso/noticia/2018/01>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPEKTOR, Matias. “Diplomacia da ruptura”. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 322-336

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

Como citar este artigo:

PINHEIRO, Maxmiliano Martins Pinheiro. Jair Bolsonaro: uma versão pós-moderna do integralismo brasileiro. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 10, n.1, p. 241-256, jan./jun. 2021.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/10121.472>



Data de submissão do artigo: 20/05/2020

Data da decisão editorial: 15/03/2021